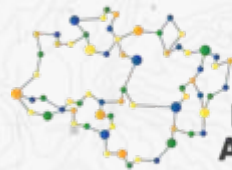




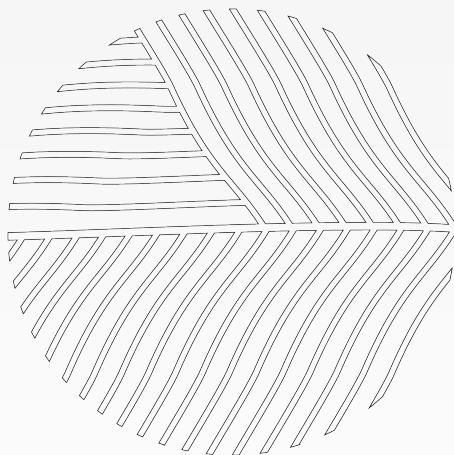
IGARAPÉ INSTITUTE
a think and do tank



**CONSÓRCIO
INTERESTADUAL
AMAZÔNIA LEGAL**

Esforços Estaduais no Combate aos Crimes Ambientais na Amazônia Legal

Resumo Executivo



“Think and Do Tank” Independente

Fundado em 2011 no Brasil com DNA global

45+ pessoas em 4 países

Fundado e liderado por mulheres

Reconhecido e premiado nacional e internacionalmente

Focado nas áreas de segurança climática e pública

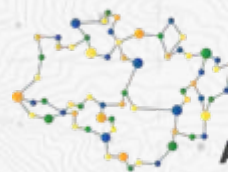
Mais de 100 parceiros

PARCERIA COM O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DA AMAZÔNIA LEGAL (CAL)

- **Oportunidade COP30:** O momento permite consolidar a cooperação e elevar a segurança ambiental à agenda climática global. A Amazônia é tratada como unidade estratégica com inteligência e ação coordenada.
- **Coordenação contínua:** Iniciativas isoladas têm o potencial de dar lugar a uma estratégia integrada.
- **Base de dados estadual:** mapeamento das respostas ao crime ambiental e de capacidades estaduais.



IGARAPÉ INSTITUTE
a think and do tank

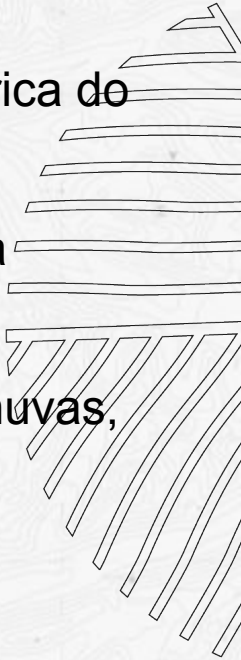


**CONSÓRCIO
INTERESTADUAL
AMAZÔNIA LEGAL**





IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA NA REGULAÇÃO CLIMÁTICA

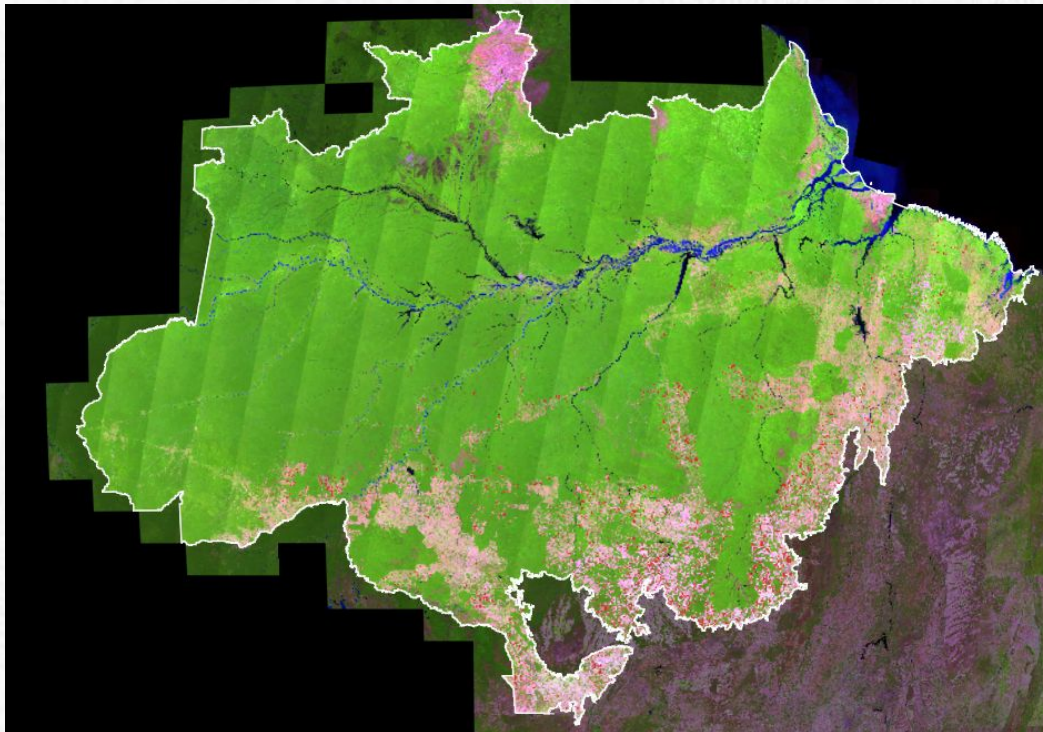
- **Pulmão do planeta:** A Amazônia armazena bilhões de toneladas de CO₂ e freia o aquecimento global.
 - **Rios voadores:** A floresta distribui umidade e chuva por toda a América do Sul.
 - **Risco de ponto de não retorno:** O desmatamento pode savanizar a Amazônia e desestabilizar o clima regional.
 - **Segurança climática global:** Sem a Amazônia íntegra, colapsam chuvas, alimentos e energia.
 - **Emissões ligadas ao crime ambiental:** Mais de 40% das emissões brasileiras vêm de desmatamento e garimpo ilegais.
- 

DESMATAMENTO E PONTO DE NÃO RETORNO

Desmatamento acumulado. 1985-2024

Com o desmatamento já se aproximando de 20–25% do bioma, a Amazônia brasileira enfrenta um risco real de atingir o ponto de não retorno.

Um alerta que torna essencial, na COP, definir um caminho global concreto para o desmatamento zero.



Fonte: MapBiomas – Série Histórica 1985–2024. Basemap: Landsat Mosaic

O ecossistema do crime na Amazônia

- Crimes ambientais convergem com crimes não-ambientais e produzem danos sociais profundos
- A mineração ilegal, a extração ilegal de madeira e a grilagem de terras frequentemente têm intersecção com fraudes, lavagem de dinheiro
- Tráfico de drogas, crimes de armas de fogo e crimes violentos também convergem com crimes ambientais.

Fonte: [Igarapé Institute \(2022\)](#), [Instituto Igarapé \(2024\)](#)

HIPÓTESE CRIMINAL X ECONOMIA ILÍCITA	DESMATAMENTO ILEGAL (N= 99)	EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA (N= 116)	MINERAÇÃO ILEGAL (N= 137)	GRILAGEM DE TERRAS PÚBLICAS (N= 52)	AGROPECUÁRIA COM PASSIVO AMBIENTAL (N=15)
Desmatamento ilegal	64 (65%)	34 (29%)	10 (7%)	28 (54%)	8 (53%)
Extração ilegal de madeira	26 (26%)	70 (60%)	2 (1%)	8 (15%)	2 (13%)
Mineração ilegal	14 (14%)	1 (1%)	84 (61%)	0 (0%)	1 (7%)
Grilagem de terras	31 (31%)	12 (10%)	1 (1%)	40 (77%)	7 (47%)
Agropecuária com passivo ambiental	1 (1%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (2%)	1 (7%)
Outros crimes ambientais	32 (32%)	27 (23%)	32 (23%)	14 (27%)	4 (27%)
Corrupção	28 (28%)	36 (31%)	15 (11%)	22 (42%)	6 (40%)
Fraude	37 (37%)	48 (41%)	21 (15%)	31 (60%)	6 (40%)
Lavagem de dinheiro	16 (16%)	20 (17%)	35 (26%)	8 (15%)	3 (20%)
Crimes tributários	1 (1%)	4 (3%)	10 (7%)	2 (4%)	2 (13%)
Associação ou organização criminosa	54 (55%)	58 (50%)	64 (47%)	38 (73%)	7 (47%)
Posse de armas, munições ou explosivos	15 (15%)	12 (10%)	29 (21%)	6 (12%)	4 (27%)
Crimes violentos	10 (10%)	9 (8%)	5 (4%)	10 (19%)	3 (20%)
Tráfico de drogas	5 (5%)	8 (7%)	9 (7%)	3 (6%)	1 (7%)
Tráfico de pessoas	5 (5%)	4 (3%)	12 (9%)	3 (6%)	3 (20%)

ESFORÇOS ESTADUAIS NO COMBATE AOS CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

Análise dos dados dados enviados pelos estados da Amazônia Legal (janeiro 2023-presente):

- Ligações 190, BOs, IPs e Operações

Crimes de impacto amplo

-  Exploração ou Desmatamento Florestal
-  Mineração Ilegal
-  Poluição — Estrutural
-  Fogo — Incêndio Florestal
-  Fauna — Vida Silvestre

Crimes de impacto limitado

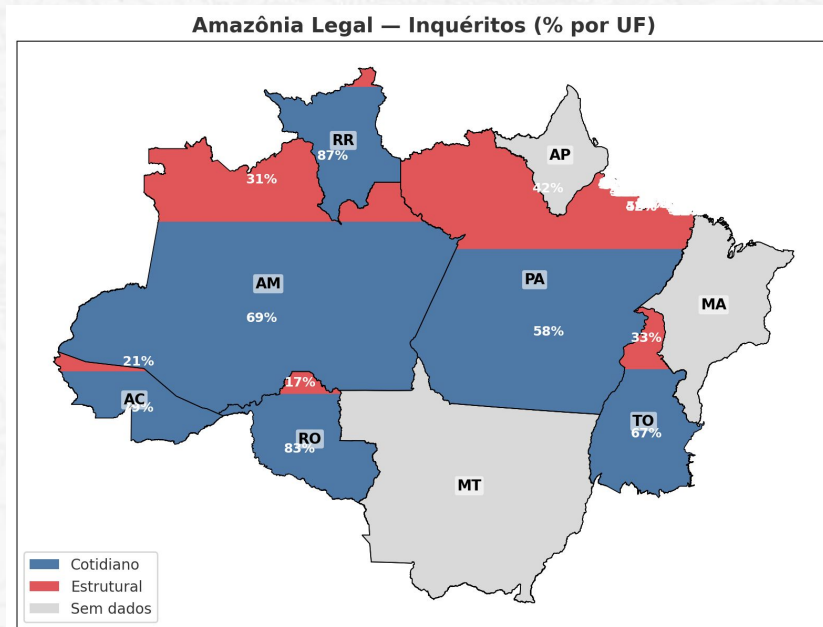
-  Fauna — Maus-tratos
-  Poluição — Cotidiana
-  Fogo — Urbano
- Outros

Atuação da Polícia Civil - Inquéritos Policiais

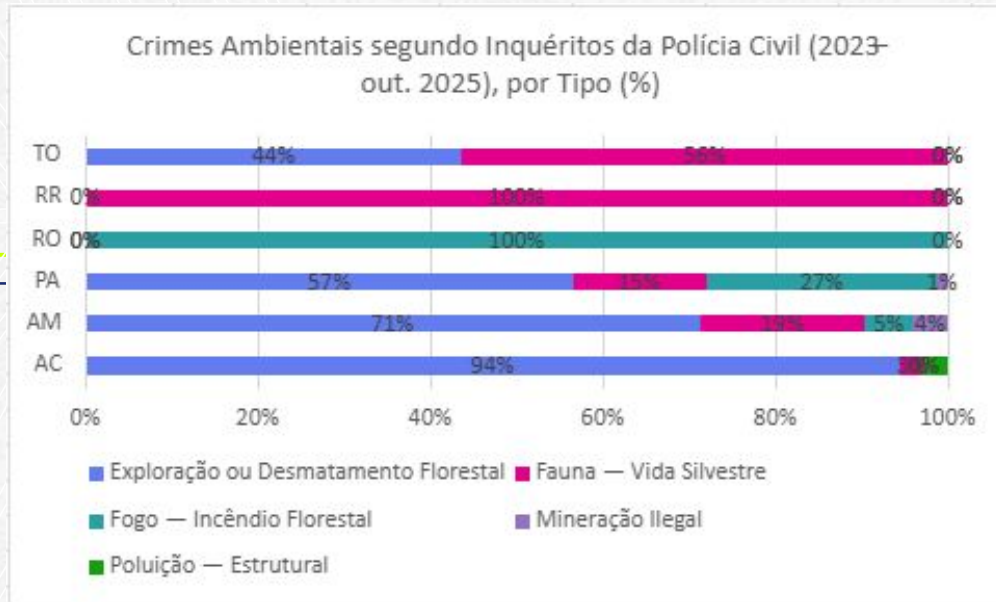
- Alto registro de IPs para Pará, ainda em relação com sua área e população. Muito baixa para Amazonas.

Inquéritos Policiais — Polícia Civil (jan/2023-jul 2025)

	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO	Total
Limitado	135	165	-	-	-	4350	194	99	327	5268
Amplo	36	73	-	-	-	3180	40	12	158	3499
Total	171	238	-	-	-	7530	234	111	485	8769



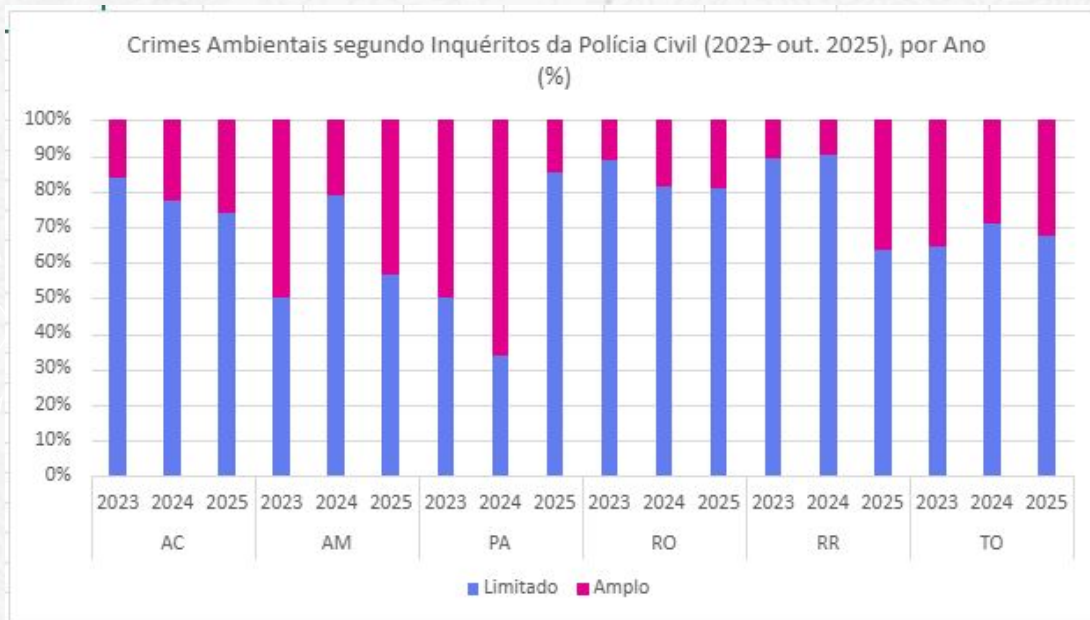
Atuação da Polícia Civil - Inquéritos Policiais: detalhamento das infrações ambientais



N=3499. AC 36, AM 73, PA 3180. RO 40. RR 12. TO 158. Sem dados AP, MA, MT

- Todos IPs de Roraima são de fauna silvestre
- Todos IPs de Rondônia são de incêndio florestal
- Tocantins concentra IPs de fauna silvestre (56%) e de desmatamento florestal (44%)
- Pará tem elevado número de IPs sobre desmatamento florestal (57%)
- Mineração ilegal aparece apenas de forma residual nos IPs em AM e PA

Atuação da Polícia Civil - Inquéritos Policiais: detalhamento das infrações ambientais



N=8769. Limitado
5270. Ampla 3499

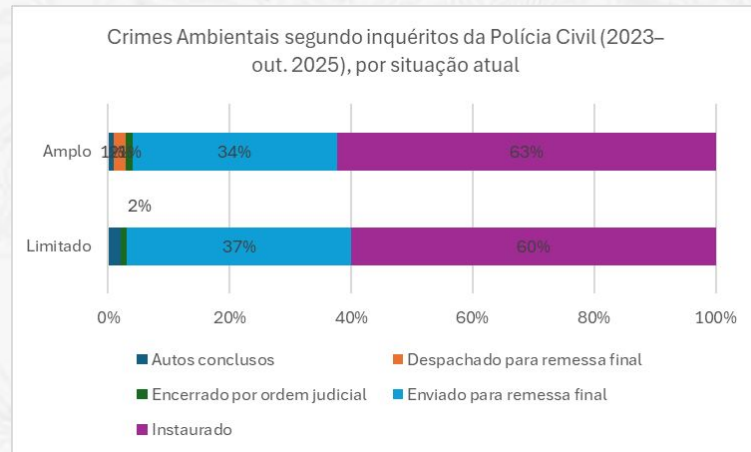
- A maioria dos estados apresenta crescimento na proporção de crimes de impacto amplo, subindo de cerca de 15–20% (2023) para 25–35% (2025). Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima mantêm tendência de alta contínua.
- O Pará apresenta queda abrupta em 2025 (de 66% para 15%), destoando da série e indicando possível inconsistência de reporte ou mudança metodológica.

Atuação da Polícia Civil - Inquéritos Policiais: *Roraima*

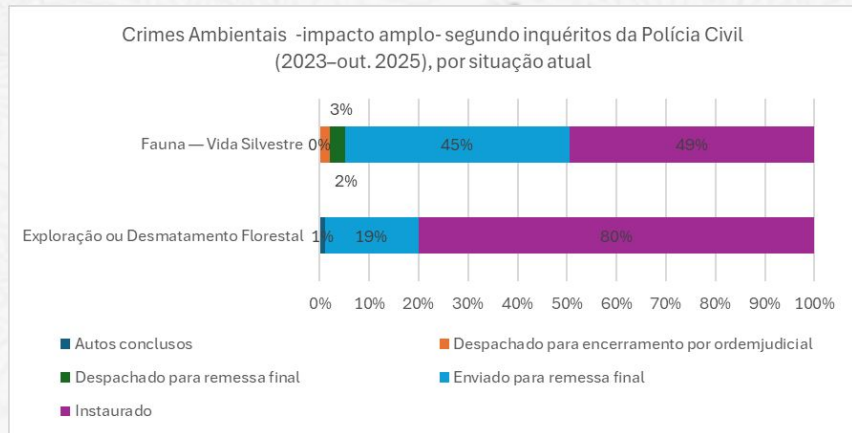
- Do total de 111 inquéritos policiais (2023–out. 2025), 12 (≈10%) foram classificados como crimes de impacto amplo, todos estes relacionados à fauna silvestre (principalmente caça e pesca irregular).
- Entre esses 12 casos de fauna silvestre, 5 envolveram porte ilegal de arma, e 2 apresentaram concorrência com drogas.
- Ainda dentro desses 12, 5 ocorreram ao longo da BR-174 e em áreas rurais ou periurbanas de Boa Vista, Mucajaí, Caracaraí, Alto Alegre e Rorainópolis.
- Por fim, 11 dos 12 procedimentos foram instaurados por Autos de Prisão em Flagrante (APF) e remetidos diretamente para remessa final

Inquéritos Policiais — Polícia Civil: Tocantins

Cerca de 33% dos IPs de Tocantins são de impacto amplo (158/485). Apenas uma fração reduzida avança para as etapas finais.



N= Limitado 327, Amplio 158

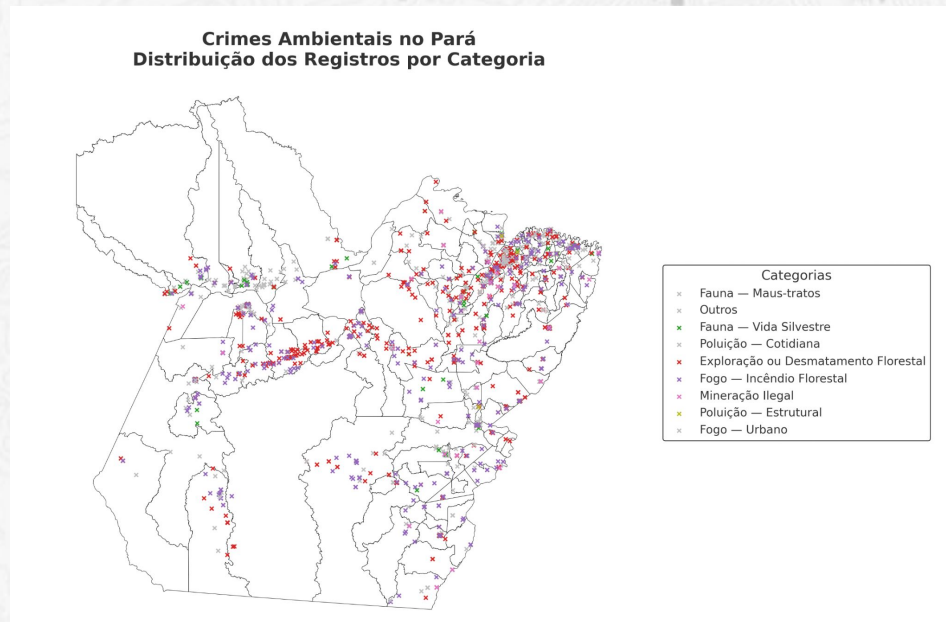


Os casos de fauna silvestre apresentam muito mais avanço processual entre os casos de impacto amplo. Exploração florestal permanece quase toda na fase inicial

N= 158 (impacto amplo)

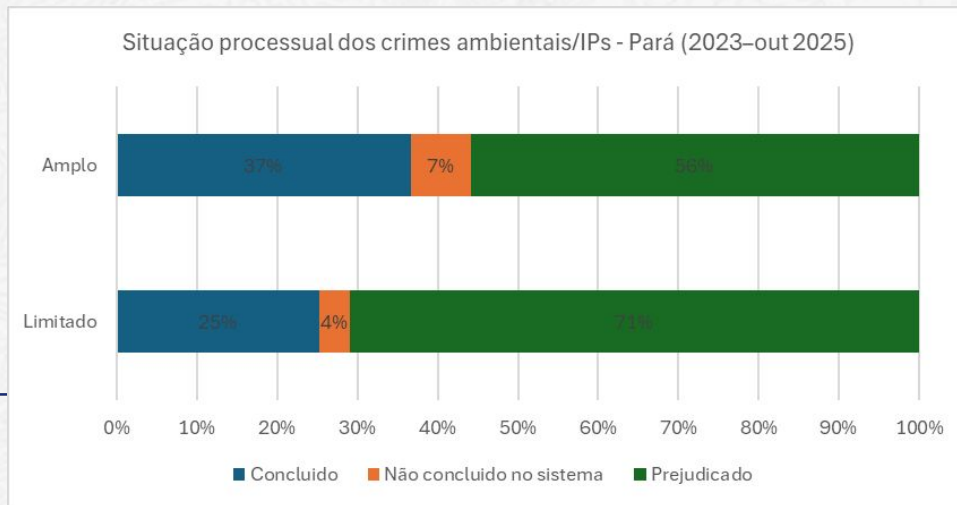
Inquéritos Policiais — Polícia Civil: Pará

- **Crimes de impacto limitado:** maus-tratos a animais com perfil urbano: 55% dos IPs concentram-se nas seis maiores cidades — com destaque para Belém (39%) e Ananindeua (10%)
- **Crimes de impacto amplo:** desmatamento (57%), incêndios florestais (27%) e Fauna Silvestre (15%) com perfil interiorano: 87% dos IPs ocorrem fora das grandes cidades, como São Félix do Xingu (142), Acará (118), Uruará (114) e Paragominas (102)



N= 7530 IPs da Polícia Civil

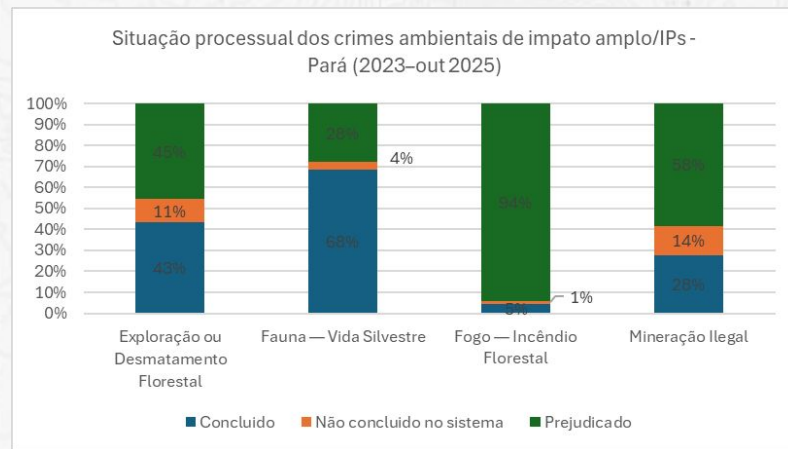
Inquéritos Policiais — Polícia Civil: Pará



N=7574 total. Limitado=4393. Ampla=3181

A maioria dos casos de impacto limitado (cerca de 71%) tende a encerrada sem conclusão efetiva, enquanto os de impacto amplo apresentam uma taxa relativamente maior de conclusão (37%).

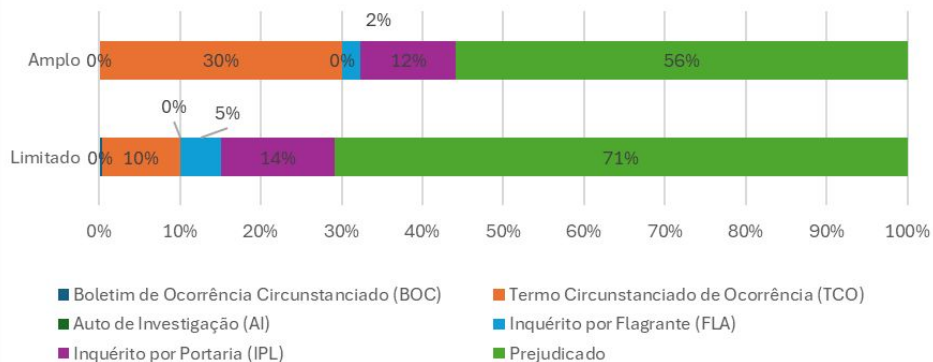
A capacidade de conclusão dos inquéritos varia conforme o tipo de crime: alta em fauna por ocorrer em flagrante, intermediária em exploração florestal e mineração, quase nula em incêndios pela natureza difusa, refletindo diferenças estruturais na possibilidade de identificar autores imediatos.



N= 3181 (IPs impacto amplo no Pará)

Inquéritos Policiais — Polícia Civil: Pará

Classificação dos IPs por tipo de tombo - Pará (2023–out 2025)

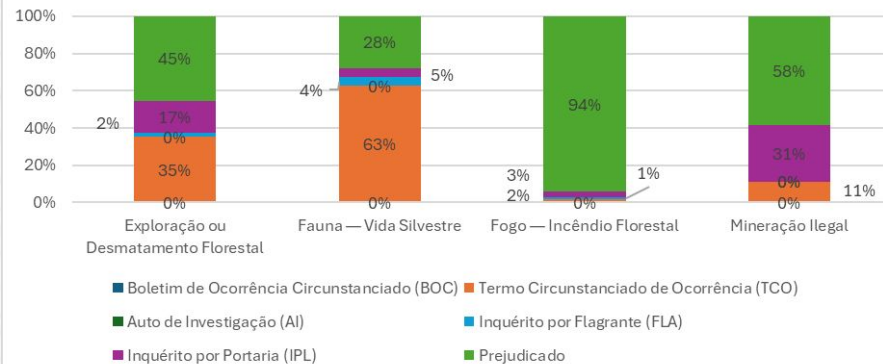


N=7574 total. Limitado=4393. Amplio=3181

Nos crimes de impacto limitado, 71% dos IPs são prejudicados, com poucos TCOs. Nos de impacto amplo, embora proporcionalmente menores, há maior uso de termos circunstanciados (30%), indicando tratamento mais formal aos delitos graves.

Fauna silvestre recebe tratamento mais imediato e registral, enquanto desmatamento e fogo permanecem pouco formalizados e amplamente arquivados, e a mineração ilegal aparece de forma reduzida, com apenas tentativas pontuais de abertura de inquéritos.

Classificação dos IPs de impacto amplo por tipo de tombo - Pará (2023–out 2025)



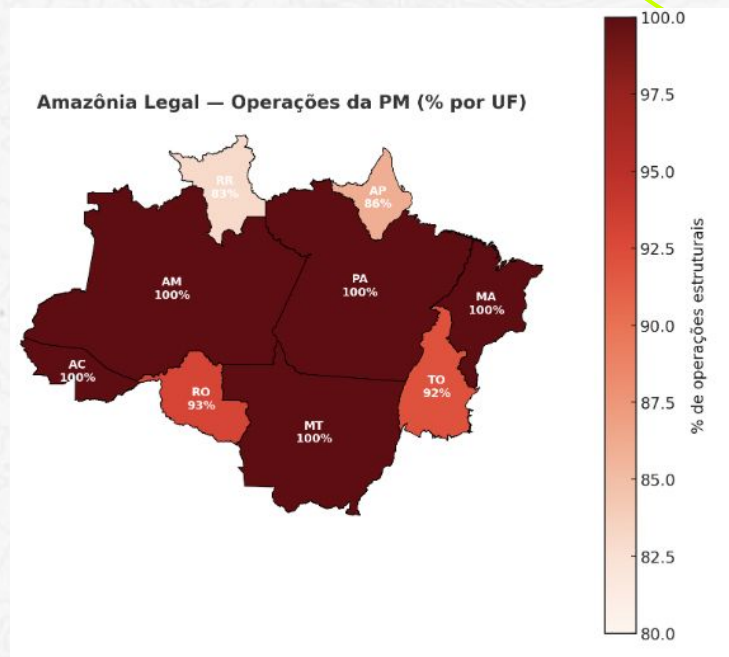
N= Amplio 3181



Atuação da Polícia Militar - Operações

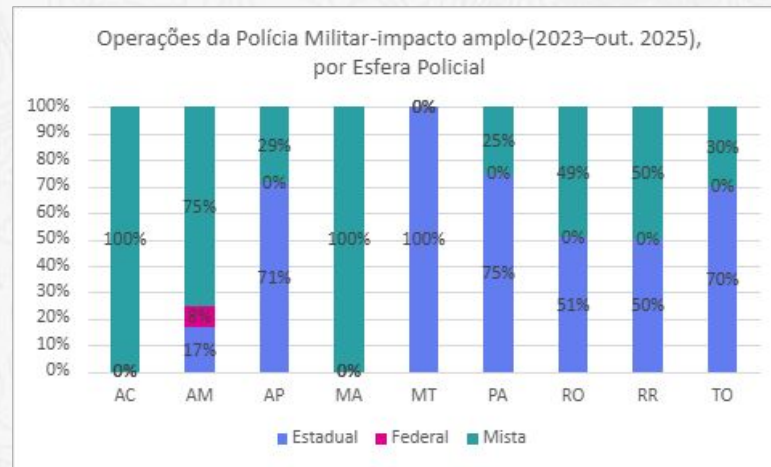
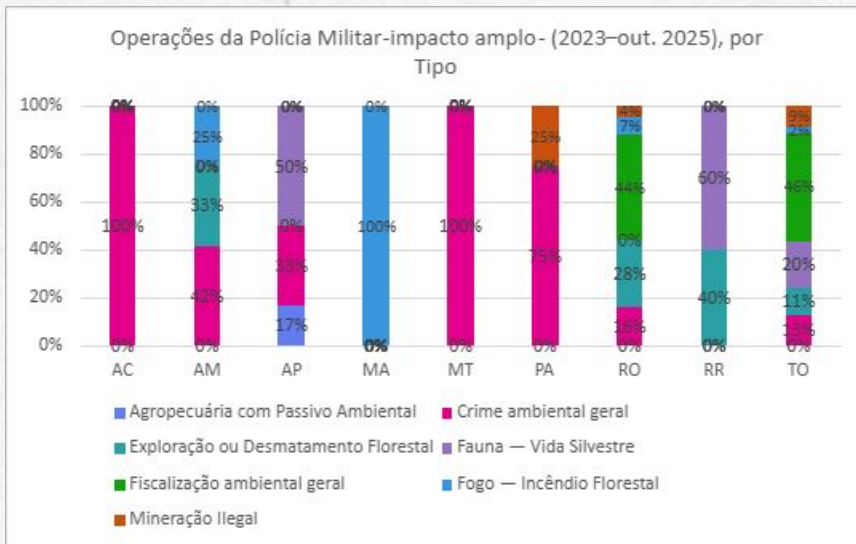
- Alto registro de operações da PM, para Rondônia e Tocantins, poucos casos compartilhados para Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Roraima.

Operações — Polícia Militar (jan/2023-jul 2025)										
Limitado	0	0	1	0	0	0	5	1	4	11
Amplo	3	12	6	3	18	4	68	5	46	165
Total	3	12	7	3	18	4	73	6	50	176



Operações Polícia Militar — Fiscalização e controle direto do território

- AC, PA e MT registram operações sem tipificação específica, enquadradas como *crime ambiental geral* (PA: 4; AC: 3; MT: 18)
- RO e TO maiores volumes, com destaque para fauna silvestre. Mineração ilegal é residual, surgindo apenas de forma pontual em PA, RO e TO



- Predomínio estadual em MT (100%), PA (75%), AP (71%) e TO (70%).
- RO e RR dividem atuação entre estadual e mista.
- AM é majoritariamente mista (75%), com pequena participação estadual e alguma federal (8%).
- AC e MA registram 100% operações mistas.

Resumo de Operações Ambientais Destacadas pelos Estados

Operação / Iniciativa	Foco Principal	Instituições Envolvidas	Esfera
Amapá			
PPCDAP – Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais	Prevenção e combate a desmatamento e queimadas	Polícia Civil (DEMA), PM (Batalhão Ambiental), SEMA	Estadual
Operação Protetor dos Biomas	Prevenção e combate a crimes ambientais e incêndios florestais	Governo Federal, SEJUSP-AP, forças estaduais e municipais	Federal + Estadual + Municipal
Programa Brasil MAIS (Meio Ambiente Integrado e Seguro)	Sistema de alertas e base técnica para investigações ambientais	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Federal
Pará			
Operação Curupira	Fiscalização fixa em áreas prioritárias contra exploração ilegal e queimadas	SEGUP/PA, Polícia Civil, SEMAS	Estadual
Força-Tarefa Amazônia Segura	Investigação de mandantes de crimes ambientais	SEGUP/PA, Polícia Civil, SEMAS	Estadual
Operação Gouipa	Apreensão de madeira ilegal e equipamentos	DEMAPA (PC/PA)	Estadual
Rondônia			
Operação Mapinguari	Desocupação e repressão a invasões em parque estadual	Polícia Civil/RO, MPRO, GAEMA, PM/RO, SEDAM, Exército	Estadual + Federal
Operação Ar Puro	Repressão à grilagem, desmatamento e queimadas em Guajará-Mirim	Polícia Civil/RO, DPE, SEDAM, BPA	Estadual
Operação Escudo das Cinzas – Fase Manilkara	Desarticulação de grupo de exploração ilegal de madeira	Polícia Civil (DRACO-II), SEDAM, Exército, MP	Estadual + Federal



ESFORÇOS ESTADUAIS NO COMBATE AOS CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

Desafios de Efetivos, Equipamentos e Capacidade Operacional

- **Déficit de efetivo na base:** na Amazônia Legal, cada policial civil cobre em média 339 km², contra 93 km² no Brasil, quase 4 vezes mais área por agente
- **Baixa cobertura por habitante:** Há 1 policial civil para 1.877 habitantes na Amazônia Legal, pior que no Brasil (aprox. 1/1.500).
- **Viaturas insuficientes para o território:** Mesmo somando 3.437 viaturas da Polícia Civil e 8.846 da Polícia Militar, a distribuição é altamente desigual e incapaz de cobrir adequadamente os mais de 5 milhões de km² da Amazônia Legal.

(FBSP, Cartografias da Violência na Amazônia 2023 e 2024).



ESFORÇOS ESTADUAIS NO COMBATE AOS CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

Desafios de Efetivos, Equipamentos e Capacidade Operacional

- **Especializadas insuficientes:** 11 delegacias ambientais na região inteira (9 estados), e apenas 1 delegacia fluvial em toda a Amazônia
- **Equipamentos muito abaixo do necessário:** toda a Amazônia Legal dispõe de apenas 19 aeronaves e 24 helicópteros para territórios imensos e de difícil acesso.
- **Embarcações insuficientes para rios amazônicos:** Amazonas, maior estado fluvial do país, tem apenas 12 embarcações estaduais; Rondônia tem mais (56), revelando distribuição invertida frente às necessidades territoriais.

(FBSP, Cartografias da Violência na Amazônia 2023 e 2024).

AVALIAÇÕES GERAIS

- **Capacidade institucional limitada:** A Amazônia Legal opera com efetivo reduzido, pouca presença territorial e equipamentos insuficientes. Um policial civil cobre 339 km² (quatro vezes mais que no Brasil), e vários estados possuem poucos meios fluviais e quase nenhuma aeronave, condicionando toda a resposta estatal.
- **Crimes de impacto amplo:** Representam proporção intermediária nos inquéritos ($\approx 25\text{--}40\%$) e muito alta nas operações ($>80\%$). As operações tendem a ser intervenções episódicas, concentradas em momentos específicos, e priorizam delitos de maior impacto.

AVALIAÇÕES GERAIS

- **Alta resolução em fauna silvestre:** a alta taxa de conclusão nesses casos (casos Rondônia, Tocantins e Pará), baseados em flagrante e prova imediata, revela um padrão semelhante à política de drogas, em que se persegue sobretudo o que é mais fácil alcançar, sem enfrentar as estruturas centrais do crime ambiental.
- **Baixíssima resolução em fogo e desmatamento:** com taxas quase nulas ($\approx 5\%$ no Pará) e avanços igualmente limitados em desmatamento e mineração, é preciso substituir a lógica de investigação isolada por estratégias de prevenção e dissuasão: monitoramento satelital contínuo, fiscalização integrada (Ibama, ICMBio e órgãos estaduais), responsabilização administrativa/econômica e inteligência financeira sobre as cadeias ilegais.

CAMINHOS DE SUPERAÇÃO

- **Estratégia regional unificada:** o Consórcio da Amazônia Legal pode fortalecer protocolos comuns, indicadores compartilhados e cooperação contínua.
- **Boas práticas estaduais:** operações como Curupira (PA), Ar Puro e Escudo das Cinzas (RO) e PPCDAP (AP) podem servir de referência para outros estados (são operações destacadas dos estados).
- **Financiamento estruturante:** fundos climáticos e ambientais podem apoiar inteligência, tecnologia e formação contínua.
- **Ação local com impacto regional:** áreas críticas de fronteira podem ter comandos mais coordenados e alinhados com esforços transfronteiriços.



IGARAPÉ INSTITUTE
a think and do tank

igarape.org.br

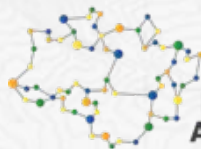
Rio de Janeiro - Rua Visconde
de Caravelas 14 - 6º andar -
Botafogo - Rio de Janeiro

São Paulo - Rio Claro, nº28,
complexo Cidade Matarazzo, 5º
e 6º andar da Alameda, São
Paulo

+55 (21) 3496-2113

+55 (21) 3496-2114

melina@igarape.org.br



**CONSÓRCIO
INTERESTADUAL
AMAZÔNIA LEGAL**

consorcioamazonialegal.gov.br

Brasília - Setor de Autarquia Sul -
SAUS, Quadra 01, Lote 3 e 5,
Bloco I, Sala 202, Sobreloja -
Distrito Federal

+55 (61) 2099-0036

secex@consorcioamazonialegal.gov.br

